



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

243

122

Quarta Câmara Cível

Apelação Cível n.º 0113193-7

Apelante: Rejane Fernandes Neves

Apelada: Fináustria Cia de Crédito, Financiamento e Investimento

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Relator Convocado: Des. Francisco Julião de Oliveira Sobrinho

EMENTA -- CIVIL. CONSUMIDOR. APELAÇÃO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO. CLÁUSULA ABUSIVA. RECONHECIMENTO. DECRETAÇÃO DE DECADÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

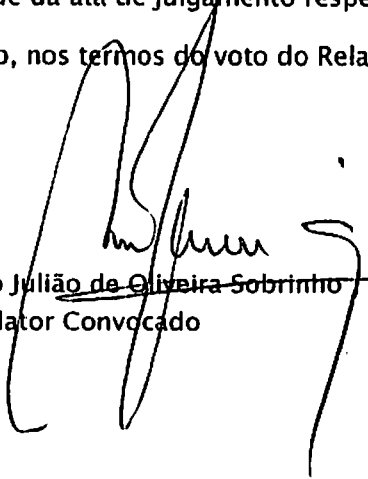
R
5499

- O art. 26 do CDC refere que a decadência deve ser reconhecida com base no prazo que o consumidor tem para formular reclamação a respeito dos serviços e produtos adquiridos e não na revisão de cláusula contratual que considera abusiva ou ilegal;
- Revisão contratual da cláusula abusiva resta prejudicada diante da inexistência de formação da relação processual;

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível tombados sob o nº 113193-7, acordam os desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento respectiva, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Recife, 18 de Novembro de 2009


Des. Francisco Julião de Oliveira Sobrinho
Relator Convocado

113

243-A



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Apelação Cível nº 0113193-7

Apelante: Rejane Fernandes Neves

Apelado: Fináustria Cia. de Crédito, Financiamento e Investimento

Relator: Frederico Ricardo de Almeida Neves

Relator Convocado: Des. Subst. Francisco Julião de Oliveira Sobrinho

Quarta Câmara Cível

RELATÓRIO

Rejane Fernandes Neves apela de sentença prolatada, em sede de Ação Revisional e Anulação de Cláusulas Contratuais, Compensação Pecuniária, Cumulada com Pedido de Indenização por Perdas e Danos, com Pedido Liminar ajuizada contra a Fináustria Cia de Crédito Financiamento, cuja ação foi julgada extinta com julgamento de mérito, com fulcro no artigo 269, inciso II do CPC.

Em sede inicial aduziu que, em 07 de outubro de 2002, celebrou contrato de financiamento para a aquisição de um veículo. Entretanto, discorda dos juros contratados, pugnando pela limitação no patamar de 0,81% (oitenta e um centésimos por cento) ao mês.

Sustenta o apelante, em síntese, em suas razões recursais (v.fl. 83/94), que: a) há cláusulas abusivas no contrato firmado e que há necessidade de revisão com base no artigo 6º, inciso V do Código de Defesa do Consumidor e b) não é possível a decretação da decadência.

244

114
48

Ao final, pugna pelo provimento do recurso de apelação, para considerar nula a sentença de primeiro grau e determinar a remessa dos autos ao juízo de origem para o processamento do feito.

As contra-razões não foram apresentadas, em virtude da ausência da triangulação processual. (fl. 98)

É o relatório.

À Douta Revisão

Recife, 03 de outubro de 2007.

Des. Subst. ~~Francisco Julião de Oliveira Sobrinho~~
Relator Convocado

scrs



245
28.119
QW

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Apelação Cível nº 0113193-7
Apelante: Rejane Fernandes Neves
Apelado: Fináustria Cia. de Crédito, Financiamento e Investimento
Relator: Frederico Ricardo de Almeida Neves
Relator Convocado: Des. Subst. Francisco Julião de Oliveira Sobrinho
Quarta Câmara Cível

V O T O

Passo, primeiramente, à análise da decadência.

Não entendo razoável o reconhecimento da decadência, como imposto na sentença de primeiro grau.

Isso porque, o artigo 26 do Código de Defesa do Consumidor se refere ao prazo que o consumidor tem, para formular reclamação a respeito dos serviços e produtos adquiridos.

O pedido principal da ação proposta pelo apelante é a revisão de cláusula contratual que considera abusiva ou ilegal e não acerca dos serviços ou produtos adquiridos por meio do contrato celebrado com o apelado.

O exame da questão de fundo, pertinente a revisão contratual, fica prejudicada, uma vez que não houve a formação da relação processual.

Posto isso, voto pelo afastamento da decadência e determino a remessa dos presentes autos ao juízo de origem, para fins de formalizar o devido processamento e julgamento do feito.

Des. Subst. Francisco Julião de Oliveira Sobrinho - Relator Convocado.